

OLHARES PLURAIS

BOLETIM ANALÍTICO DO CNJ

EDIÇÃO N.07

O Poder Judiciário em
diálogo com as juventudes

EQUIDADE

JUS
TI
ÇA

ENFRENTAMENTO AO
RACISMO

DIRETOS
HUMANOS

ANTI
BUL
LYING

CIDADANIA
DIGITAL



JUSTIÇA PLURAL
DIREITOS HUMANOS EM FOCO



CNJ

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



OLHARES PLURAIS
BOLETIM ANALÍTICO DO CNJ

O Poder Judiciário em diálogo com as juventudes

BRASÍLIA, JUNHO DE 2026



Conselho Nacional de Justiça — CNJ

Presidente

Ministro Luiz Edson Fachin

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros e conselheiras

Ministra Kátia Magalhães Arruda

Jaceguara Dantas da Silva

Andréa Esmeraldo

Paulo Regis Machado Botelho

Fabio Francisco Esteves

Ilan Presser

Noemia Aparecida Garcia Porto

Silvio Amorim Junior

João Paulo Santos Schoucair

Marcello Terto

Ulisses Rabaneda

Daiane Nogueira de Lira

Rodrigo Badaró

Secretária-Geral

Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Secretário de Estratégia e Projetos

Paulo Marcos de Farias

Diretor-Geral

Bruno César de Oliveira Lopes

Secretária de Comunicação Social

Gabriela Guerreiro

Coordenadora de Imprensa

Andréa Lemos

Coordenador de Mídias

Mirela Lopes

Programa Justiça Plural — Gestão CNJ

Secretária-Geral

Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Juíza Auxiliar da Presidência

Adriana Meireles Melonio

Gerente de Projetos da Secretaria-Geral

Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD

Representante Residente

Claudio Providas

Representante Residente Adjunta

Elisa Calcaterra

Coordenadora da Unidade de Programa

Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento

Andréa Bolzon

Chefe de Operações para o Brasil

Caroline Brito Fernandes

Gerente Sênior do Programa Justiça Plural

Júlia Matravolgyi

Analista de Projetos de Justiça e Inovação

Luciana Freitas

Associados de Gestão de Projetos

Anna Clara Monjardim

Isabella Moura

Vitor Martins

Tiago Sousa

Assistentes de Programa Justiça Plural

Laisa Lima

Laura Gonçalves de Lima

Mariana Sidersky

Thaís Loureiro Duarte Gonzales

Auxiliares Especialistas em Gestão

Alan Rodrigues

Deuzite Cunha

Joyce Grasielle Fonseca

Coordenador de Comunicação

Luciano Milhomem

Programa Justiça Plural

Coordenadora-Geral

Tatiana Whately de Moura

Coordenadora-Geral Adjunta

Polliana Andrade e Alencar

Coordenador Técnico

Vinicius Couto

Coordenadora Técnica Adjunta

Zuleica Garcia de Araújo

Coordenadora de Pesquisa

Carine Santos

Coordenadora de Capacitações e Gestão do Conhecimento

Tamires Souza

Coordenadora de Comunicação

Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo

Ficha Técnica

Coordenação Boletim Olhares Plurais

Tamires Souza

Raquel D'Albuquerque

Autoria

Ednilson Couto de Jesus Junior

Laysi da Silva Zacarias

Supervisão

Ednilson Couto de Jesus Junior

Projeto Gráfico e Diagramação

Demian Takahashi

Revisão Técnica

Ana Raquel Menezes Bezerra

Ayana Odara de Brito

Barbara Souto

Raquel D'Albuquerque

Tamires Souza

Vinicius Couto

Revisão de Texto

Gabriela Amorim

AGRADECIMENTOS

O Programa Justiça Plural agradece ao ministro Luís Roberto Barroso pela presença no evento de lançamento realizado na Escola Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Müller, em Cuiabá (MT), bem como às magistradas e aos magistrados dos Tribunais de Justiça de Mato Grosso, Sergipe, Espírito Santo, Rondônia e Rio Grande do Sul que conduziram as oficinas piloto e possibilitaram a realização do projeto nas cinco regiões do país. Agradece também às associações de magistrados parceiras e às escolas públicas que acolheram as atividades, assim como às suas comunidades escolares — estudantes, professoras e professores, gestoras e gestores —, cujo engajamento foi fundamental para o desenvolvimento das oficinas. Registra, ainda, agradecimento especial à ONG Viração, parceira técnica do projeto, pela construção conjunta da metodologia participativa e das cartilhas que subsidiaram as atividades. Esta publicação é fruto dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Coordenação Técnica do Programa Justiça Plural.

NOTA EDITORIAL

O Olhares Plurais – Boletim Analítico do CNJ é uma coleção do Programa Justiça Plural, parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), voltada à difusão de conhecimento, com análises concisas e acessíveis baseadas em evidências e experiências relevantes. Seu objetivo é subsidiar a tomada de decisão, estimular a reflexão crítica e contribuir para o aprimoramento de práticas e políticas no âmbito do Poder Judiciário e da sociedade.

Todas as edições do Olhares Plurais estão disponíveis na página do Programa Justiça Plural.

FICHA CATALOGRÁFICA

C755p

Conselho Nacional de Justiça.

O Poder Judiciário em diálogo com as juventudes / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília: CNJ, 2026.

14 p.:il.

ISBN: 978-65-5972-241-9 (Olhares Plurais: boletim analítico do CNJ, n.7)

1. Direitos humanos 2. Justiça plural 3. Prestação jurisdicional.
I. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento II. Título III.
Série

CDD: 340



BRUNO MOURA E GUSTAVO MORENO/STF

O então presidente do CNJ e do STF em 2025, ministro Luís Roberto Barroso, participa do lançamento do projeto Diálogos com as Juventudes em Cuiabá

1. Qual foi a experiência?

Diálogos com as Juventudes é um projeto piloto que tem o objetivo de promover a aproximação e gerar trocas entre atores do Poder Judiciário e as juventudes em discussões sobre direitos humanos e acesso à Justiça. É realizado através de encontros presenciais em formato de oficinas conduzidas por magistradas e magistrados em escolas públicas de ensino médio em todo o país. Nos encontros são abordados temas como equidade étnico-racial, cidadania digital, justiça climática e arte e cultura, sempre conectados aos Direitos Humanos e ao acesso à Justiça.

A escolha do projeto de se referir às *juventudes*, no plural, reconhece a multiplicidade de experiências neste grupo, que são alcançadas por diferentes marcadores sociais, culturais, raciais, de gênero e territoriais. Essa compreensão é fundamental para uma iniciativa que não busca falar **para** jovens de forma homogeneizante, mas estabelecer um diálogo **com** as juventudes de modo horizontal e que reconheça suas potências criativas e políticas, suas vulnerabilidades específicas e suas diversas formas de estar no mundo. Assim, compreender as juventudes em sua pluralidade é reconhecer que cada encontro é uma oportunidade de aprendizagem mútua, onde o conhecimento jurídico-institucional encontra a sabedoria das ruas, da educação popular, das redes sociais e das culturas periféricas.

Como ponto de partida, o projeto foi construído para superar o desafio da distância linguística entre o Poder Judiciário e as juventudes. De um lado, temos profissionais que integram uma instituição que fala uma linguagem formal; de outro, temos jovens que se expressam através de linguagens múltiplas. O projeto contornou esse desafio auxiliando magistradas e magistrados por meio do fornecimento de insumos para utilização de outras linguagens de forma acessível, empática e próxima às referências de jovens. Isso significou utilizar músicas, vídeos, dinâmicas lúdicas e abrir espaço genuíno para que estudantes trouxessem seus próprios conhecimentos, referências culturais e formas de compreender o mundo.

Esta edição do *Boletim Olhares Plurais* registra a experiência da execução do piloto no ano de 2025, que contou com a realização de 8 oficinas, com o envolvimento de 86 membros da magistratura e com a participação de mais de 760 jovens, nas cinco regiões do país. A partir deste registro estruturado, reafirma-se a relevância do projeto piloto e dos aprendizados, a fim de consolidar essa experiência como um modelo replicável e institucionalizado a ser difundido para os tribunais de justiça de todo o país.

CAMINHOS PARA REPLICAÇÃO DO PROJETO PILOTO

CARTILHAS PARA JOVENS

A cartilha para jovens, de forma acessível e interativa, explica como funciona o Poder Judiciário e quais são os caminhos concretos de acesso à Justiça. Está organizada em seis cadernos temáticos que acompanham as oficinas: direitos humanos, Estado e justiça; acesso à Justiça, enfrentamento da violência e redes de apoio; equidade e diversidade étnico-racial; justiça territorial e climática; arte, cultura e direitos humanos; e cidadania digital. O material apresenta atividades para estudo individual ou em grupo, trata dos temas atuais mencionados acima e traz um guia prático de serviços e canais de apoio. Essa cartilha funciona tanto como complemento às oficinas presenciais quanto como ferramenta independente de educação em direitos, ampliando o alcance da iniciativa para além dos espaços das escolas participantes.

CARTILHAS PARA MAGISTRATURA

A cartilha para magistratura, por sua vez, orienta como planejar e conduzir oficinas com jovens do ensino médio, oferecendo fundamentos pedagógicos, metodologias participativas e propostas de atividades para qualificar o diálogo com estudantes. Alinha conteúdo temático

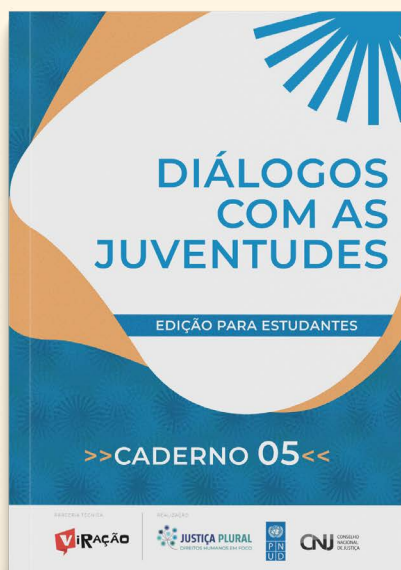
a estratégias de comunicação que aproximam o Judiciário das juventudes e qualificam o acesso à Justiça, reunindo boas práticas de órgãos do Sistema de Justiça e indicando canais e procedimentos que podem ser ativados durante as ações com estudantes. Juntas, as duas cartilhas transformam a experiência piloto em um modelo documentado, transferível e escalável, permitindo que magistradas e magistrados em diferentes regiões possam replicar a iniciativa com qualidade e apropriação metodológica.

CURSO AUTOINSTRUCIONAL

O curso autoinstrucional, a ser disponibilizado em 2026, na plataforma da Escola Nacional do Judiciário (Enaju/CNJ), destina-se a integrantes do Poder Judiciário para a replicação da metodologia do *Diálogos com as Juventudes*. O curso contará com videoaulas, vídeo-entrevistas e materiais textuais orientativos, sendo: roteiro, metodologia, cartilhas para jovens e para magistratura e apresentações das oficinas, além de materiais complementares. O curso conclui a fase piloto do projeto e disponibiliza subsídios estruturados e didáticos para a aplicação da iniciativa por parte dos tribunais e conselhos brasileiros.



Acesse as [Cartilhas para Jovens do Projeto Diálogos com as Juventudes](#)



2. Como aconteceu?

O lançamento do projeto ocorreu no dia 18 de agosto de 2025 e mobilizou cerca de 400 estudantes de todas as turmas do ensino médio da escola Liceu Cuibano na cidade de Cuiabá (MT). O evento contou com a presença de autoridades do Poder Judiciário e do Poder Executivo, incluindo o governador do estado do Mato Grosso, Mauro Mendes. Na ocasião, o então ministro Luís Roberto Barroso, à época presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), compartilhou com as(os) jovens:

“ Há 50 anos, eu estava exatamente onde vocês estão: em uma escola pública, tentando adivinhar o que a vida me reservaria. Não é preciso ter medo do futuro; asseguro que o melhor ainda está por vir”

— Ministro Luís Roberto Barroso

Nesse mesmo intuito de escuta, incentivo e aposta no futuro, o projeto passou a se desdobrar. A primeira edição aconteceu na região Centro-Oeste, na escola de lançamento do projeto, e foi conduzida pela magistrada Jaqueline Cherulli, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (TJMT). Debateu-se a equidade étnico-racial, incluindo aspectos legais, como a Lei n. 14.611/2023 (igualdade salarial); a Lei n. 14.532/2023 (injúria racial como crime); o Estatuto da Criança e do Adolescente; e a Lei n. 14.811/2024 (*antibullying*). A reflexão foi ampliada com a análise da música *Negro Drama* do grupo de rap Racionais MC's e de um trecho do livro *Quarto de Despejo*, da escritora Carolina Maria de Jesus. A atividade abriu espaço para que estudantes elaborassem percepções sobre o racismo no cotidiano escolar.

“ O racismo às vezes é ‘hereditário’, passando de pai para filho pela convivência. Quando temos uma educação antirracista, é mais difícil que os jovens levem adiante esse tipo de pensamento”

— Jovem participante da oficina em Cuiabá

Na região Nordeste, a segunda edição do projeto reuniu estudantes da rede pública de Sergipe no dia 10 de outubro de 2025, no Arquivo Judiciário de Aracaju (SE). A atividade foi conduzida pela juíza Iracy Manguieira, coordenadora da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Estado de Sergipe (TJSE). O encontro contou com a participação de jovens provenientes dos projetos *Educação Cidadã* e *Jovem Aprendiz*, promovendo reflexões sobre cida-

dania digital, direitos humanos e o funcionamento do Sistema de Justiça. Entre os temas debatidos estiveram o papel das leis, os direitos das mulheres, o racismo, o *cyberbullying* e a organização estudantil.

As discussões mobilizadas na oficina apareceram nas falas e produções de estudantes, como destaca um participante de 14 anos:

“ Temos dúvidas sobre homofobia, intolerância religiosa, *bullying* nas escolas, assédio contra as mulheres e várias coisas que são crimes, e a gente precisa aprender e compartilhar com quem não sabe ainda”

— Jovem participante da oficina em Aracaju

Dando seguimento às atividades no Sudeste, realizou-se oficina em Vitória (ES), no dia 22 de outubro de 2025, na Escola Maria Ortiz, localizada na região central da cidade, e conduzida pelos juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), Edmilson Souza Santos e Leandro Cunha Bernardes da Silveira, idealizador do projeto de prevenção de atos infracionais no ambiente escolar, *Escola Mais Legal*. Nesta edição, definiu-se a equidade e a diversidade étnico-racial como subtema.

“ Antes do acesso à Justiça, precisamos entender que é fundamental conhecer os nossos direitos. Isso acontece a partir do que estamos fazendo aqui, por meio da educação”

— Juiz Edmilson Santos

Ainda no Espírito Santo, realizou-se a quarta edição da oficina em Vila Velha, em 23 de outubro de 2025, na Escola Maura Abaurre, e foi conduzida pelos juízes do TJES, Leandro Cunha Bernardes da Silveira e Fábio Gama. O subtema definido foi a cidadania digital, e a discussão inicial contou com um jogo interativo, que favoreceu a maior participação de jovens, que se mostraram encorajados e encorajadas a discutir o conceito de lei a partir de exemplos concretos de seu cotidiano.

O projeto chegou à região Norte do país, em Porto Velho (RO), com a quinta edição da oficina no Colégio Estadual Murilo Braga, no dia 6 de novembro de 2025, e foi conduzida pelas magistradas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) e da Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron), Fabíola

O alcance das oficinas: municípios e jovens mobilizados



Cristina Inocência e Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza. Para abordar o subtema da equidade étnico-racial, utilizou-se como referência uma fotografia do projeto *Amazônia Negra*, da fotógrafa negra e moradora da cidade, Marcela Bonfim, o que contribuiu para uma mediação sensível e acolhedora. As magistradas também compartilharam suas próprias trajetórias de vida, fortalecendo a aproximação com as(os) estudantes.

Na sequência, em Ariquemes (RO), a sexta edição foi realizada na Escola Heitor Villa-Lobos, no dia 7 de novembro de 2025, com a facilitação das juízas Ana Lúcia Mortari e Fani Angelina de Lima, ambas integrantes do TJRO e da Emeron. O subtema definido foi a cidadania digital, e a dinâmica foi ampliada com a introdução de imagens do meme *cake or fake* (bolo ou falso, em português), incluindo um conteúdo falso relacionado às terras indígenas na região, estimulando o debate sobre desinformação.

Chegando à região Sul, realizou-se a sétima edição em Porto Alegre (RS), no dia 24 de novembro de 2025, no Escola Municipal de Educação Básica Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha, conduzida pelos juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) e vinculados ao Juizado da Infância e Juventude, Charles Maciel Bittencourt e Marina Fernandes de Carvalho. O encontro propôs

o tema do racismo ambiental, articulando os subtemas de equidade étnico-racial e justiça climática à realidade local, com o uso de imagens do período pós-enchente que evidenciaram desigualdades no acesso à Justiça e a políticas públicas. A atividade reforçou a importância de adequar linguagem e formatos de diálogo para fortalecer a relação entre o Sistema de Justiça e as juventudes.

Encerrando o ciclo do piloto, em Gravataí (RS), a oitava oficina foi realizada no Colégio Nicolau Chiavaro Neto, no dia 25 de novembro de 2025, e facilitada pela magistrada do TJRS e vice-presidente cultural da Associação dos

Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Samyra Remzeti Bernardi. Samyra, idealizadora do Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas, já havia visitado a escola no ano anterior para a premiação de um estudante vencedor da edição 2023. O tema definido foi cidadania digital, com foco em uma proposta da seção *Mão na Massa* da cartilha, que envolvia a análise de diferentes situações-problema, uma escolha que dialogava diretamente com as experiências e questionamentos de jovens durante a oficina. Sobre a atividade, a magistrada destacou:

“O projeto aborda temas atuais. Para atravessá-los, falamos sobre direitos humanos, sobre a importância de ter informação sobre nossos direitos e sobre acesso à Justiça”
— Juíza Samyra Bernardi

As reflexões de estudantes refletiram o impacto da oficina no cotidiano e nas vivências pessoais, como relatou uma aluna:

“Eu não sou tão interessada pela área do Direito, mas foi muito bom saber mais sobre as leis e sobre os direitos que eu tenho como mulher e estudante. Posso levar isso para o trabalho, para os meus amigos, para os lugares que frequento”
— Jovem participante da oficina em Rio Grande do Sul

3. O que os dados revelam sobre a experiência?

O projeto piloto revelou uma capacidade notável de mobilização em torno da proposta de diálogo entre o Judiciário e as juventudes. O projeto realizou oito oficinas piloto distribuídas em cinco regiões do país, alcançando municípios com perfis socioeconômicos e demográficos distintos. Essa distribuição territorial refletiu uma estratégia deliberada de capilaridade nacional, contemplando o Centro-Oeste, onde foi realizado o evento de lançamento que reuniu aproximadamente 400 estudantes; o Nordeste, com a participação de cerca de 40 estudantes; o Sudeste, com aproximadamente 103 estudantes; o Norte, com cerca de 109 estudantes; e o Sul com aproximadamente 112 estudantes.

Essa distribuição permitiu que o projeto dialogasse com realidades juvenis diversas e heterogêneas. As escolas selecionadas representaram contextos institucionais distintos, que vão desde instituições localizadas em capitais e regiões centrais, até escolas situadas em cidades diversas e regiões periféricas, com populações majoritariamente negras, como a EEEFM Maria Ortiz. Além disso, a inclusão de jovens vinculadas(os) a programas específicos, como o Jovem Aprendiz e a Educação Cidadã, em Aracaju, ampliou ainda mais a diversidade dos perfis alcançados, incorporando adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A mobilização institucional foi igualmente expressiva. Cerca de 86 magistradas e magistrados estiveram envolvidos no projeto em diferentes momentos, representando os cinco tribunais de justiça das regiões participantes. Desses, 12 magistradas(os) receberam formação específica de 12 horas para a condução das oficinas, garantindo que os(as) facilitadores(as) tivessem, além do conhecimento jurídico, ferramentas pedagógicas e sensibilidade para o trabalho com juventudes. Essa formação foi fundamental para a qualidade das interações, como evidenciado pela consistência nas avaliações positivas das oficinas.

Durante a realização das oficinas, a equidade étnico-racial emergiu como o tema de maior impacto emocional e reflexivo. Nas oficinas em que esse tema foi central (Cuiabá, Vitória e Porto Velho), ob-

servou-se uma participação mais intensa, com estudantes compartilhando experiências pessoais de racismo e discriminação. A utilização de referências culturais próximas à realidade das(os) jovens facilitou essa identificação, como a música *Negro Drama* dos Racionais MC's, em Cuiabá, e a fotografia do projeto *Amazônia Negra* em Porto Velho. As(os) estudantes não apenas compreenderam conceitos jurídicos como racismo estrutural e injúria racial, mas conseguiram articulá-los com suas vivências cotidianas.

A cidadania digital também gerou alto engajamento, particularmente entre jovens mais conectados às tecnologias e redes sociais. Em Vila Velha, a dinâmica inicial com o jogo interativo criou um ambiente lúdico que favoreceu a participação. A introdução de atividades como o Laboratório de Desinformação (com imagens de *cake or fake*), em Ariquemes, estimulou o debate crítico sobre desinformação, conectando-se diretamente às experiências de jovens nas redes sociais. A discussão sobre *cyberbullying*, assédio online e direitos digitais mobilizou questões que estudantes vivenciam cotidianamente, tornando o aprendizado significativo e aplicável.

A presença física de juízes e juízas nas oficinas piloto, em um espaço cotidiano como a escola, humanizou a instituição judiciária e abriu horizontes profissionais para as(os) jovens. Magistradas que compartilharam suas trajetórias de vida favoreceram a ampliação de perspectivas e possibilidades, particularmente para as meninas, ao demonstrar a viabilidade de inserção em carreiras historicamente dominadas por homens.

Essa representatividade foi especialmente relevante em contextos em que integrantes da magistratura já tinham alguma história prévia com a escola ou comunidade. O caso de Gravataí é exemplar: a juíza Samyra Bernardi havia visitado a escola no ano anterior para a premiação de um estudante e retornou como facilitadora, reforçando uma relação de continuidade e confiança. Essa trajetória de relacionamento prévio facilitou uma abertura maior de estudantes para o diálogo.

MOBILIZAÇÃO E ADESÃO

106
escolas

de ensino médio da
rede pública mapeadas

29

manifestaram interesse
formal na iniciativa



1 em cada 4 escolas

convidadas quis participar,
evidenciando demanda concreta por diálogo
sobre justiça e direitos humanos

ALCANCE E CAPILARIDADE TERRITORIAL

400
estudantes no
evento de
lançamento



8 oficinas
piloto realizadas em
8 municípios
com diferentes perfis
socioeconômicos em todas
as regiões brasileiras

+360
estudantes nas
oficinas regionais

ENGAJAMENTO DO JUDICIÁRIO

5 tribunais
de justiça em
5 regiões

do país, garantindo
diversidade territorial
e sociocultural



144 horas
de formação especializada de
facilitadoras e facilitadores das oficinas

4. Quais são os aprendizados?

A experiência piloto do *Diálogos com as Juventudes* gerou aprendizados significativos que possibilitam ao Judiciário uma aproximação potencialmente transformadora com esse público. O acompanhamento das 8 oficinas realizadas reafirmou a relevância da iniciativa para a sociedade brasileira e para a inovação nas formas de atuação do Poder Judiciário junto aos mais variados públicos.

O *Diálogos com as Juventudes* aposta na construção precoce de confiança, compreensão e cidadania desde o ensino médio. Essa aproximação alinha-se à visão do CNJ e do Programa Justiça Plural de democratizar o acesso à Justiça e transformá-la em política pública que reconhece e valoriza as juventudes como sujeitos de direitos. O engajamento de um número expressivo de magistradas e magistrados em cinco regiões do país sinaliza o reconhecimento institucional dessa iniciativa.

As oficinas contribuíram para aproximar o Poder Judiciário das juventudes de forma concreta e sensível às realidades locais. Essa aproximação foi particularmente significativa porque ocorreu em linguagem acessível, em temas relevantes para suas vidas, e com magistradas(os) dispostas(os) a escutar genuinamente. Exemplos observados durante as oficinas demonstram que a aproximação

transcendeu a transmissão de informações jurídicas e criou espaços de confiança e aprendizagem mútua. Jovens compartilharam experiências pessoais sensíveis, explicaram leis que afetam suas comunidades e se sentiram reconhecidos em suas vivências. A representatividade também foi fundamental: jovens meninas conheceram a trajetória de magistradas em posições de destaque, vendo a possibilidade concreta de construir carreiras em áreas historicamente associadas ao masculino.

A escolha de equidade étnico-racial como temática foi relevante em escolas com população predominantemente negra em processo de fortalecimento da identidade racial, gerando discussões intensas e participativas. Destaca-se que o uso de referências culturais negras (música, fotografia, poesia) não foi um detalhe estético, mas uma decisão política que validou a cultura e a experiência de estudantes negras(os) presentes. A cidadania digital respondeu a preocupações reais de jovens sobre *cyberbullying*, privacidade e direitos na internet, temas que atravessam suas vivências cotidianas. A justiça climática e territorial conectou-se com realidades concretas, como em escolas afetadas por desastres ambientais. A utilização de imagens locais (enchentes em Porto Alegre, desinformação sobre terras indígenas em Ariquemes)



RUAN GABRIEL/ASCOM EMERON

Estudantes de Porto Velho e Ariquemes participam do projeto *Diálogos com as Juventudes* em Rondônia

O projeto inova ao reconhecer que a aproximação com as juventudes deve ser preventiva e proativa, com deslocamento de integrantes do Judiciário até o território onde estes jovens se encontram, de modo a construir confiança e compreensão sobre direitos e justiça desde cedo

conectou o aprendizado a realidades próximas, tornando o conhecimento jurídico menos abstrato e mais aplicável. Assim, o alinhamento prévio com as escolas permitiu customização temática que tornou as oficinas ainda mais relevantes para cada contexto específico.

Apesar de ter alcançado juventudes com perfis diversos em termos territoriais, sociais e culturais, a adesão ao projeto veio principalmente de escolas com maior capacidade institucional, gestão engajada e alinhamento com agendas de educação em direitos humanos. Também vale frisar que a realidade socioeconômica das juventudes é uma limitação importante a ser considerada em futuras replicações do projeto, em perspectiva de expansão, de modo a garantir que o acesso à Justiça como política pública alcance de forma equitativa todas as expressões das juventudes, particularmente aquelas em territórios e vivências mais marginalizadas.

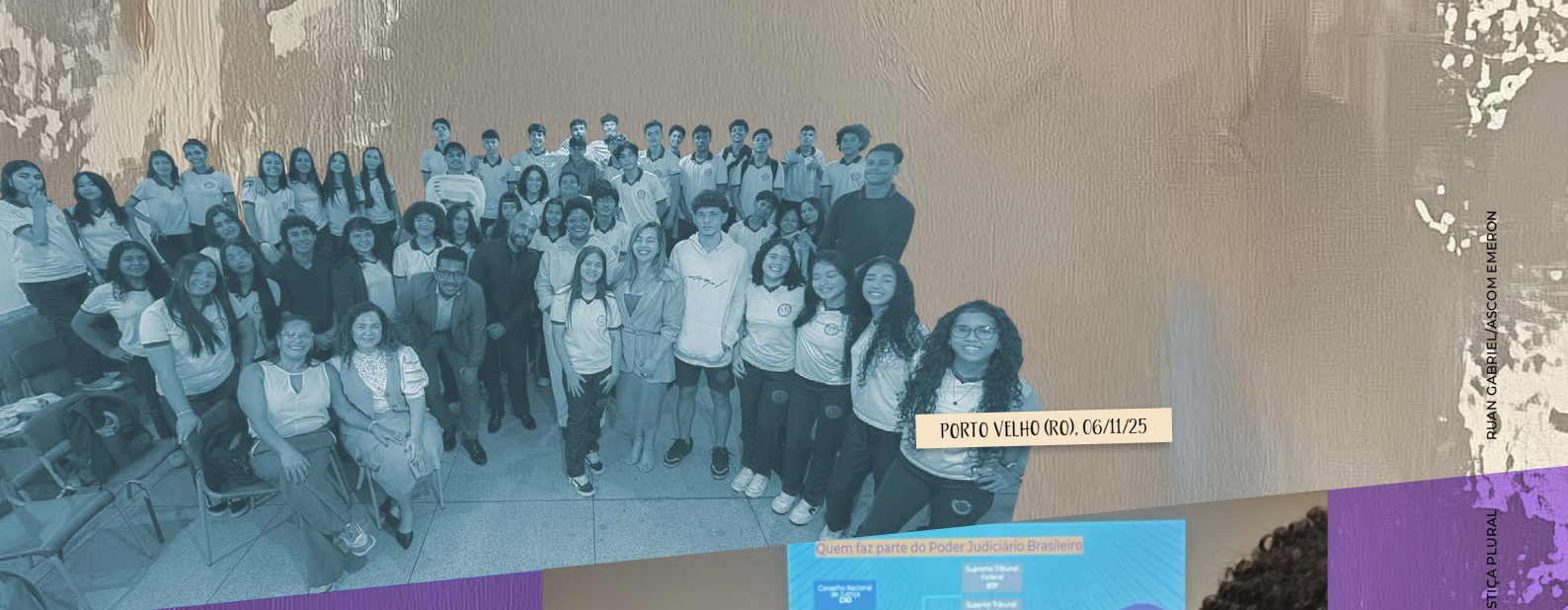
Houve indícios significativos de mudança na percepção das(os) estudantes sobre o Judiciário antes e depois das oficinas. A rodada de avaliações realizada ao final de algumas oficinas revelou que jovens que chegavam com percepções distantes ou desconfiadas do Judiciário saíram com compreensão ampliada sobre o papel da instituição na proteção e defesa de direitos. A presença humanizada da magistratura contribuiu para desmistificar a instituição. A confiança construída durante as oficinas permitiu que jovens compartilhassem vivências sensíveis e buscassem diálogo sobre temas que afetam suas comunidades.

A implementação piloto do projeto trouxe diversos aprendizados. Os principais aprendizados metodológicos, institucionais e operacionais gerados pela experiência são os diversos direcionadores para futuras implementações. Quanto à metodologia das oficinas, destaca-se a necessidade de apropriação dos aspectos dialógico e participativo por parte de quem irá conduzir os trabalhos, para a criação de espaços para trocas. A utilização das dinâmicas participativas foi estratégica, especialmente durante os momentos em que o grupo demonstrou cansaço e se fez necessário recalculiar a condução. Deste modo, a participação e aprendi-

zagem foram significativamente potencializados e adaptados para cada realidade específica em que a metodologia foi aplicada.

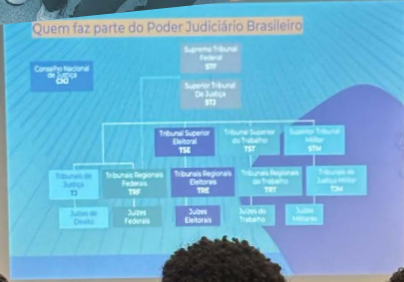
O *Diálogos com as Juventudes* representa uma ruptura com modelos convencionais que posicionam a magistrada e o magistrado como autoridade punitiva ou como transmissor unidirecional de conhecimento jurídico. O projeto propõe uma relação horizontal em que magistratura e jovens dialogam e aprendem mutuamente. A utilização de linguagem acessível, de dinâmicas participativas e criativas, de temas conectados à realidade de jovens, e de espaços onde suas vozes são genuinamente ouvidas e os seus pontos de vista acolhidos possibilitou a construção de vínculos. O projeto também inova ao reconhecer que a aproximação com as juventudes deve ser preventiva e proativa, com deslocamento de integrantes do Judiciário até o território onde estes jovens se encontram, de modo a construir confiança e compreensão sobre direitos e justiça desde cedo.

Finalmente, a experiência demonstra valor público significativo, mesmo considerando os limites de escala e tempo do piloto. Mais de 760 estudantes tiveram acesso a espaços de diálogo sobre direitos e justiça. Essas(es) jovens ampliaram sua compreensão sobre o papel do Judiciário, sobre o pleno exercício dos seus direitos e sobre como as leis afetam suas vidas. O projeto possibilitou, ainda, a construção da confiança em uma instituição que muitas vezes é percebida como distante e coercitiva. Viram em magistradas e magistrados pessoas que se importam com suas realidades e que estão dispostas a escutar. Para jovens negros, quilombolas e de outras identidades historicamente marginalizadas, o reconhecimento de suas vivências e demandas específicas em espaços institucionais foi um ato de reconhecimento público. As(os) magistradas(os) que participaram também aprenderam com a experiência, ao conhecer as realidades das juventudes, suas demandas, seus conhecimentos e criatividade. Essa aprendizagem mútua é o fundamento do valor público: não é apenas sobre transmitir conhecimento jurídico, mas sobre construir uma relação diferente entre instituições públicas e cidadãos e cidadãs, baseada em respeito mútuo, reconhecimento e diálogo genuíno.



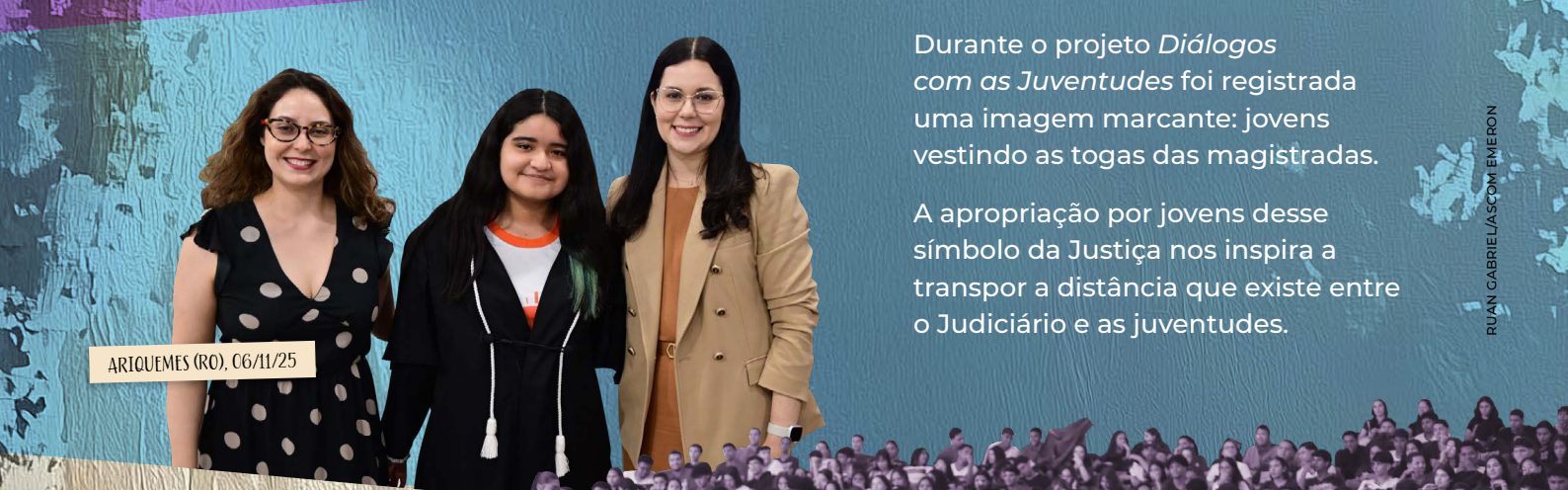
PORTO VELHO (RO), 06/11/25

RUAN GABRIEL/ASCOM EMBRON



ARACAJU (SE), 01/10/25

LAYSI ZACARIAS/JUSTIÇA PLURAL



ARIQUEMES (RO), 06/11/25

Durante o projeto *Diálogos com as Juventudes* foi registrada uma imagem marcante: jovens vestindo as togas das magistradas.

A apropriação por jovens desse símbolo da Justiça nos inspira a transpor a distância que existe entre o Judiciário e as juventudes.

RUAN GABRIEL/ASCOM EMBRON



CUIABÁ (MT), 18/08/25

FERNANDO RODRIGUES/AMM